

PEC Emergencial pode descaracterizar por completo serviço público

O relatório da PEC 186/2019, conhecida como "PEC Emergencial" foi apresentado na semana passada. O texto, tido pela equipe econômica como essencial para a manutenção da saúde das contas públicas, prevê uma série de gatilhos e regras para que estados, municípios e a União não descumpram o preceito de "manter a dívida pública em níveis que assegurem sua sustentabilidade".

Trechos considerados extremamente problemáticos já foram debatidos desde o momento da apresentação do parecer, tal como a possibilidade de desvinculação das despesas para saúde e educação – previstas na Constituição. Mas o texto pretende alterar outras questões há muito estabelecidas no ordenamento jurídico brasileiro, como as regras das carreiras do serviço público e de carreiras típicas de Estado.

Um novíssimo artigo 167-A da Constituição, se aprovado, poderá impor uma série de impedimentos caso "a relação entre despesas correntes e receitas correntes supere 95%". Entre elas está a impossibilidade de conceder vantagens, aumentos, reajustes ou adequações de remuneração, assim como criar novos cargos, convocar concursos públicos ou alterar a estrutura de um órgão.

Como o país caminha há anos em uma trajetória deficitária, o texto poderia significar uma paralisia na evolução do funcionalismo público. Além disso, a falta de novos concursos públicos termina por estrangular o ciclo natural de renovação de quadros no serviço público.

A proposta de congelar os salários dos servidores públicos, impedindo a recomposição inflacionária não é só uma, mas são várias granadas colocadas no bolso dos servidores. Uma para cada ano de congelamento. Com a crise fiscal que vivemos e a necessária correção de rumo da dívida, a proposta de fato significa um achatamento salarial, aumentando e enfraquecendo cada vez mais o serviço público. No fim, a população será a maior prejudicada, pois a qualidade do serviço público deve ser muito prejudicada.

O ajuste da dívida, a conta pelos erros dos governantes, não pode ser colocada apenas nos servidores públicos, a luta é pela manutenção da dignidade, com a necessária recomposição inflacionária dos salários. Não há pleito por reajuste, mas a simples recomposição, exatamente como é a previsão para o salário mínimo.

O texto da PEC Emergencial, como se encontra, é danoso não apenas às estruturas de servidores públicos, mas é lesivo à população como um todo. As discussões sobre o tamanho da máquina pública, por mais pertinentes que sejam, não podem desconsiderar o papel que o Estado tem na manutenção de diversos aspectos da existência de um país, desde sua fiscalização até a promoção de políticas públicas

previstas na Carta de 1988. Interromper esta proposta por conta de uma PEC poderia ser catastrófico ao país.

Ministro da Economia afirma que congelar salário de servidores trará economia de R\$ 150 bilhões ao país

O ministro da Economia, Paulo Guedes, voltou a defender as contrapartidas na aprovação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) do Orçamento de Guerra.

O texto é discutido no Congresso e prevê autorização de recursos para disponibilizar nova rodada do auxílio emergencial — benefício que ajudou famílias de baixa renda na crise fiscal ocasionada pela pandemia da Covid-19.

Enquanto deputados e senadores tentam aprovar a PEC descartando a necessidade de contrapartida fiscal, o ministro insiste que o país entrará em colapso sem essa medida.

De acordo com Guedes, a única compensação fiscal sugerida pela equipe econômica foi o congelamento do salário de servidores públicos por um ano.

Para o ministro, a aprovação da PEC sem contrapartida seria “caótico para o Brasil”. “Os juros começam a subir, acaba o crescimento econômico, começa a confusão de endividamento em bola de neve, confiança dos investidores desaparece, interrompe geração de emprego e renda, aumenta o desemprego”, alertou.

No ano passado, quando a pandemia começou, o governo adotou medidas de contenção de despesas para combater a doença. “Toma aqui o dinheiro da saúde, mas isso exige um sacrifício: Vamos ficar sem aumento de salário durante um ano? É uma contribuição do funcionalismo, porque no setor privado milhões de pessoas iam perder o emprego”, disse.



Recentemente, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis – Ibama – comemorou o seu 32º aniversário desenvolvendo atividades para a preservação de florestas, rios, matas e diversos recursos ambientais brasileiros. No entanto, a verdade é que não há motivos para comemorar. Mesmo com todos os excelentes serviços prestados ao longo de tantos, o governo está sucateando o Ibama, com o objetivo de afrouxar a legislação ambiental para favorecer a grandes empresários.

Dados oficiais mostram que o quadro atual de agentes é 55% menor que o de onze anos atrás. Em 2010, eram 1.311 fiscais em atuação. Agora são apenas 591. É o cenário com menor quantidade de pessoal enfrentado pelo instituto desde a criação, em 1989. Além disso, na semana em que celebrou 32 anos, também ficou sem helicópteros para fiscalizar as florestas.

Não podemos permitir essa destruição. O desmatamento está batendo recordes, todos vimos as chamadas no pantanal, e se não frearmos esse processo, o ultraneoliberalismo vai destruir cada centímetro que protegemos. Viva o Ibama! Valorize estes profissionais!

Saiba tudo em: <https://app.bitly.com/Bj41i5Bj5jM/bitlinks/3kzjIBO?actions=edit>

#SINDSEPMG #NaoAReformaAdministrativa

#EuDefendoOServicoPublico #EuDefendoOBrasil